

EDITORIAL

Sucedem-se em Roma as rondas de conversações entre o Governo moçambicano e a RENAMO, diante duma frustração crescente da opinião pública que se interroga sobre o momento da tão almejada paz. Os homens e mulheres deste massacrado país não conseguem compreender as razões que fazem prosseguir a mortandade e destruições, as motivações que justificariam a deslocação de quase um terço da população.

Ocorre forçosamente à mente a fábula do lobo e do cordeiro, quando se analisa o comportamento da RENAMO desde o início das conversações. Com efeito qualquer pretexto, por imaginário que seja, serve para justificar o prosseguimento da acção de carnificina. Um exemplo recente foi a declaração dos responsáveis da organização de não se sentirem mais vinculados ao já acordado sobre os corredores da Beira e Limpopo, alegando a violação pelos governos de Moçambique e do Zimbabwe do disposto; a Comissão Mista de Verificação, após investigação, constata o não fundamento das acusações da RENAMO; a conclusão desta é de que a Comissão é parcial e por consequência a RENAMO não terá que respeitar o compromisso anteriormente firmado.

Surge pois uma legítima interrogação sobre os fundamentos reais do prosseguimento da guerra pela RENAMO.

O trabalho realizado pelo CEA e outros investigadores ao longo dos anos tem demonstrado o carácter não nacional do projecto da RENAMO. Somente esta dimensão consegue explicar a metodologia de luta do empreendimento. A devastação sistemática

semeada no país, a ferocidade com que as populações camponesas e outras são tratadas, revelam a indiferença por qualquer acção com carácter político e que se funde na adesão voluntária das populações.

Projecto rodesiano com uma componente portuguesa, a RENAMO torna-se em 1980 uma empresa sul-africana, em que a componente dos colonos portugueses é eliminada ou seriamente marginalizada. A Direcção da Inteligência Militar sul-africana concebe o programa como parte da chamada Estratégia Global.

A evolução dos eventos, desde a assinatura do Acordo de N'Komati até ao presente, prova largamente que os patronos não abandonaram a sua criatura.

O Governo sul-africano, desde sempre recusou reconhecer o seu envolvimento com a RENAMO. É verdade, também, que tende a aceitar a realidade do seu comprometimento a posteriori.

Após N'Komati, pela primeira vez, admitiu que apoiara a RENAMO até a assinatura do Acordo. Após a revelação dos "Diários da Gorongosa", declarou que efectivamente violara "tecnicamente" o seu engajamento. Na sequência tanto o Presidente Botha, como de Klerk afirmaram subsistirem apoios à RENAMO, organizados por interesses portugueses e outros, a partir do território sul-africano e que o governo a eles se opunha.

Para qualquer observador é pelo menos surpreendente a alegação oficial de que componentes portuguesas, de Oman ou outros sítios, sejam capazes de organizar um exercício logístico de tão vasta amplitude, num estado policial como a África do Sul, à margem e com oposição das autoridades.

Forçoso é de concluir, pois, que a continuação do exercício exprime tanto as hesitações no seio dos círculos governamentais, acerca da estratégia política, como as correlações de forças prevaletentes.

Com efeito a operação RENAMO inseria-se no objectivo de desestabilizar Moçambique e manter o hinterland austral dependente dos sistemas ferro-portuários sul-africanos. A inviabilização dos corredores moçambicanos de acesso ao mar manteria, necessariamente, os países do interior na situação de reféns do apartheid.

As elites do poder de Pretória ainda não renunciaram aos princípios de hegemonia branca na África do Sul e na região, mesmo se formalmente já repudiaram o apartheid. Um dos instrumentos para garantir a hipótese de preservação da hegemonia

seria a componente de desestabilização, ou ameaça de desestabilização, donde, a lógica da continuação do apoio à RENAMO e a razão da intransigência manifesta.

Assim e apesar das importâncias relativas de diversos interesses em jogo, a chave da paz em Moçambique ainda se encontra nas mãos de Pretória.

A continuação da guerra é um factor que muito negativamente influi sobre o desenrolar da vida moçambicana. O esforço de promoção da sociedade pluralista, assente nomeadamente no pluripartidarismo e nas hipóteses de alternância de poder entre forças políticas é comprometido pela violência persistente. A miséria imposta à sociedade, o facto de uma percentagem importante da população viver abaixo do limiar vital, não facilita a emergência de programas alternativos reais, não cria condições para que os cidadãos se tornem efectivamente sujeitos das decisões.

Até à edição do presente número, além da FRELIMO, duas forças políticas anunciaram em território nacional a sua intenção em constituir-se em partidos. Trata-se do Partido Liberal Moçambicano — PALMO — e da União Nacional Moçambicana — UNAMO. Ambas as forças afirmaram a sua intenção de realizarem congressos constitutivos nos próximos tempos e declaram situar-se na essência dos parâmetros da Constituição e da legalidade.

É prematuro avaliar, neste momento, o grau de representatividade, determinar as bases sociais, apreender o espaço político em que os anunciados partidos se procurarão movimentar. O CEA, no quadro da investigação que leva a cabo sobre a implantação da Sociedade Civil e do Estado de Direito em Moçambique e na região, esforçar-se-á por recolher e preservar os documentos que surgirão e analisar os eventos.

Com a viragem na configuração política nacional decorrente da nova Constituição e a aprovação da Lei dos Partidos, foram introduzidos elementos essenciais para a consolidação e ampliação do pluralismo no país.

O fluir dos eventos é todavia condicionado pela base material da sociedade. Eleições custam caro, em termos de recursos não só financeiros, como também humanos, como se pode constatar no curso do recente seminário organizado em Maputo, entre o Ministério da Justiça e o Commonwealth. Dois recursos de que, finalmente, o país se encontra mais do que carente.

É de esperar que a solidariedade internacional possa trazer alguma contribuição, para superar a gritante escassez de meios que assegurem uma campanha eleitoral correcta .

Embora o silenciar das armas no Golfo tenha posto à aventura insensata da guerra, é de recear que a atenção e meios dos países do Norte ainda mais marginalizem o Sul, em razão das prioridades acordadas ao Médio Oriente e Leste europeu.

A percepção da periferia é que, embora esta não se identificasse com o expansionismo iraquiano e o seu apetite de colonização, ela insere-se no campo dos ora vencidos no conflito, precisamente, pelas consequências e repercussões sobre a capacidade do Norte em apoiar e investir no Sul.

Saddam Hussein de algum modo repetiu na aventura do Koweit o erro estratégico da guerra contra o Irão.

Nas vésperas do ataque contra o regime de Teerão, Samora Machel, acompanhado por Joaquim Chissano, deslocaram-se, a pedido do Iraque, a Bagdad. O Presidente Saddam Hussein anunciou a sua intenção de desencadear as hostilidades no dia seguinte. Toda a noite os dois dirigentes moçambicanos e alguns colegas presentes ao encontro tentaram, em vão, dissuadi-lo do empreendimento.

Samora Machel alertou em especial o Presidente iraquiano sobre três pontos:

- porque o Iraque desencadearia as hostilidades, o Terceiro Mundo e a opinião mundial, tenderiam a ver no seu governo o agressor;
- a massa humana do Irão era de longe superior à do Iraque e esse factor não podia ser subestimado, em termos de conflito;
- o facto de o novo regime ter decapitado uma fracção substantiva da direcção militar das forças armadas, não impedia que o reflexo patriótico se afirmasse face ao invasor; a este propósito lembrou-lhe que Staline, invadido pelas forças nazis, fora buscar às prisões numerosos oficiais, que se bateram heroicamente.

Os factos vieram confirmar que Saddam Hussein entretinha ilusões ao conceber, inicialmente, o conceito de guerra rápida contra o Irão e de sublevação, a favor do Iraque, da fracção árabe da população iraniana.

Nesta guerra, ora acabada, de novo ilusões estratégicas foram tidas como dados operacionais.

O Iraque, erradamente, perspectivou o fim da guerra fria como um equilíbrio de interesses entre as superpotências, que permitiria salvaguardar áreas de influências e preocupações de aliados e, nomeadamente, impedir medidas extremas por parte do Conselho de Segurança.

O Iraque, erradamente, esperou que contradições de interesses entre os Estados Unidos e a Europa, particularmente as nações latinas próximas do mundo árabe, prevenissem um conflito de proporções maiores e um alinhamento com a estratégia americana.

O Iraque, erradamente, supôs que encontraria uma base social de apoio no Koweit, nem que fosse no seio da massa dos trabalhadores estrangeiros, que constituíam a maioria dos habitantes.

O Iraque, erradamente, concebeu que o discurso anti-sionista e antiamericano, o antifeudalismo, levariam Estados Árabes a situar-se do lado de Bagdad, ou, pelo menos, a não se envolverem activamente numa acção anti-iraquiana.

O Iraque, erradamente, acreditou que conseguiria envolver Israel na guerra, mudando a natureza do conflito, atraindo para a sua causa os governos e opinião árabe.

O Iraque, erradamente, pressupôs que os aliados recuariam diante duma guerra terrestre, incapazes de aceitar o preço político das mortes dos soldados, esquecendo-se que os exércitos do Norte já só eram compostos por profissionais voluntários, frequentemente provenientes das camadas mais pobres e minoritárias da população, como era nomeadamente o caso do principal exército, o americano.

Sem dúvida e pesem as extraordinárias qualidades tácticas da direcção militar iraquiana, as ilusões estratégicas foram esfarrapadas pelo dilúvio de bombardeamentos.

Resta um Iraque castrado industrial e militarmente e por isso surge um desequilíbrio perigoso, numa área prenhe de conflitos e meios de destruição.

Das cinzas tende a emergir, todavia, a afirmação da necessidade de uma nova ordem no Médio Oriente, que restabeleça os interesses e equilíbrios, garanta igualmente a todos, fronteiras reconhecidas, segurança e justiça. O direito à existência do Estado

da Palestina, não pode continuar a ser negado, pela lógica do interesse nacional de Israel. A existência na sua integridade do Líbano, o direito à paz e independência, não podem estar condicionados por apetites e interesses de vizinhos. Surge um ténue fio luminoso no túnel, com as declarações de alguns eminentes dirigentes de países membros da CEE, nomeadamente do Presidente francês.

A nova ordem preconizada, deve fazer desmoronar o novo muro de indiferença que o Norte erige contra o Sul. A solidariedade humana, deve encher o fosso entre pobres e ricos. Quando os países do Centro são capazes de mobilizar centenas de biliões de dólares para o exercício da guerra, é de esperar, é de exigir, que um mesmo empenho se manifeste a favor da vida.

SV

Março de 1991